



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente



MINUTA DE ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO DE GOVERNANÇA.

Entre os dias dezessete e vinte do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, aconteceu a segunda reunião da Governança do Subprograma Territórios Indígenas, nas dependências do Hotel Comfort, situado à Avenida Doutor Hélio Ribeiro, número oitocentos e noventa e seis, bairro Eldorado, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso. A pauta da reunião, construída de forma alinhada com a coordenação executiva do programa REM, representante da GIZ, da Casa Civil/Superintendência de Assuntos Indígenas e da FEPOIMT, foi a seguinte: 1. Informes, 2. Regimento Interno da Governança, 3. Manual Operacional Padrão – MOP, 4. Estratégia de Execução do primeiro PDI a partir das prioridades aprovadas na primeira reunião da Governança, 5. Vigilância e Monitoramento dos Territórios Indígenas, 6. Indicativos de construção do segundo Plano de Diretrizes de Investimento. A reunião foi aberta às treze e trinta horas do dia dezessete de setembro, sendo coordenada pela Superintendência de Assuntos Indígenas – SAI, representada pelo seu superintendente Sr. Soilo Chue e, ainda: pela coordenação do REM, na pessoa da Sra. Lígia Nara Vendramin, pela Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, na pessoa do Sr. Valdemilson Ariabo Quezo, pela GIZ, na pessoa da Sra Renata Oliveira Costa, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, na pessoa do Sr. Maurício Phillip, pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, na pessoa da Sra. Carolina Delgado de Carvalho. O coordenador de mesa, fez a fala inicial de abertura e, em seguida, abriu a palavra para os demais integrantes. Ao término foi desfeita a mesa de abertura para compor a condução dos trabalhos do dia para primeira pauta: informes e Regimento da Governança. O Sr. Valdemilson, da FEPOIMT, conduziu a mesa de trabalhos e a Sra. Eliane Rodrigues Lima, assessora da FEPOIMT, apresentou a minuta de Regimento Interno da Governança para discussão e deliberação. Após discussão, foram apresentadas inúmeras sugestões de alterações e, ao final do dia, acatadas as sugestões, foi suspensa a discussão para reapresentação do texto com as alterações no último dia da reunião. No dia dezenove de setembro, segundo dia de reunião, a pauta foi o Manual Operacional Padrão – MOP, para o qual o Sr. Dante Coppi Novaes, do Fundo pela Biodiversidade – FUNBIO, apresentou as regras para operacionalização do subprograma, no que se refere à execução financeira. Foram muitas as dúvidas e questões apresentadas em relação ao MOP: 1. Pequenos municípios onde não existem empresas para as três cotações de bens e serviços devem ter mecanismo de diferenciação, podendo apresentar 1 ou 2 orçamentos a depender da realidade local; 2. Os presentes levantaram problemas no caso de pagamento de serviços de pessoa física na aldeia, uma vez que os indígenas não conseguem atender a todos os requisitos formais para emissão de notas fiscais. A Governança indica a necessidade de o FUNBIO preparar proposta de pagamento de diária de serviços à pessoa física para aquisição de serviços e produtos diretamente dos produtores nas aldeias; 3. Uma das soluções indicadas foi apoiar a criação de Microempreendedor Individual - MEI para facilitar as compras de produtos indígenas e a emissão de nota fiscal. Essa proposta deve ser melhor avaliada. Segundo entendimento da Governança, o MOP indígena precisa criar soluções para situações inovadoras que ainda não foram padronizadas, mas que são importantes para adaptar à realidade dos povos indígenas de Mato Grosso. Além disso, foi apontada a necessidade de o FUNBIO disponibilizar modelos de recibos, de prestação de contas, de contratação de pessoa física etc., para



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente



orientar os executores dos projetos e para que não gere problemas na prestação de contas desses projetos. O representante do FUNBIO informou que está havendo discussões sobre mecanismos de aceitar prestação de contas com recibos, não somente com nota fiscal. No seu conjunto a Governança indicou a necessidade de o REM pensar com coerência a execução do programa, por exemplo: a alimentação consumida nos eventos que ocorrem nas aldeias precisa ser orgânica, saudável, respeitando a cultura dos indígenas, evitando a aquisição de produtos industrializados, estranhos à cultura dos povos e, na medida do possível, é preciso que esses produtos sejam comprados diretamente dos produtores indígenas. Segundo os presentes, a compra de produtos indígenas é uma forma de circular dinheiro na economia das aldeias, propiciando a geração de renda aos produtores indígenas. Essa medida é muito importante, tendo em vista as muitas dificuldades de acesso ao mercado por esses produtores em razão das distâncias entre as aldeias e os centros consumidores. Esta é, também, uma ação prevista no subprograma, afirmaram. Para a Governança o MOP precisa ser indígena, ou seja; considerar as especificidades do subprograma e incorporar a necessidade e importância de aquisições diretas, por exemplo. Os representantes indígenas reafirmaram a importância da circulação de informações para que seja possível o monitoramento da execução do programa e, nesse sentido, reivindicaram a produção de material informativo sobre os instrumentos de gestão do programa, de modo a facilitar a compreensão da base e a relação entre essa base e os seus representantes na Governança. Por fim, foi indicado a necessidade de o MOP dialogar com a estrutura do subprograma, inserindo o papel da Governança no processo de monitoramento e a função do Comitê Técnico. A recomendação foi de elaboração de uma carta ao FUNBIO com os pontos que dizem respeito a melhoria e adaptação do MOP às necessidades do subprograma. No dia dezanove de setembro, terceiro dia da reunião, a pauta foi a Estratégia de Execução do primeiro Plano de Investimento – PDI, a partir das prioridades aprovadas na primeira reunião da Governança. Pela coordenação do REM, a Gestora Governamental Edna L. Almeida Sampaio apresentou as informações e a metodologia para tomada de decisões pela Governança. Foram repassadas informações sobre a distribuição dos recursos para o Fortalecimento Institucional destinados aos órgãos que trabalham diretamente com a questão indígena: SAI e a FUNAI (num total de Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Sessenta e Quatro Reais). A coordenação do REM esclareceu que esses recursos, não fazem parte do Subprograma Territórios Indígenas, eles são do Subprograma Fortalecimento Institucional, que envolve todos os órgãos públicos que contribuem para os objetivos gerais do REM. Para o Subprograma Territórios Indígenas o total do primeiro PDI é de Dois Milhões, Duzentos e Vinte e Oito Mil, Setecentos e Oitenta Reais. Deste total, a Governança aprovou, na última reunião, a destinação de Oitocentos e Onze Mil, Novecentos e Quarenta e Um Reais para o projeto de Fortalecimento da FEPOIMT, em parceria com o Instituto Centro e Vida – ICV. A coordenação do REM lembrou que ainda falta decidir como será aplicado os recursos restantes desse primeiro PDI, no valor de um milhão, Quatrocentos e Dezesseis Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais. É sobre esse montante que a Governança deve decidir para que a coordenação executiva possa operacionalizar o andamento das ações. Por sua vez, foi indicada a necessidade da Coordenação do REM enviar relatórios de execução dos recursos do Subprograma e dos recursos destinados à SAI e FUNAI, além



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente



do Projeto da FEPOIMT para que seja possível o acompanhamento da execução pela Governança. Assim, depois de apresentadas as informações financeiras para que a Governança pudesse decidir sobre as prioridades de investimentos, foram apresentadas pela Coordenação do REM o que priorizado na primeira reunião: Temas, Objetivos, Linhas de Ações, Público e, Despesas Financiáveis. Após apresentação das informações e da metodologia pela Coordenação do REM, os representantes indígenas optaram por fazer a discussão em separado (sem a presença dos não indígenas) para deliberarem. Ao retornar à reunião, foram apresentadas as decisões tomadas: Sessenta por cento do primeiro PDI serão destinados ao Tema 1: *Fortalecimento Institucional*. Destes recursos, sessenta por cento será investido na Linha de Ação *Fortalecimento das Organizações Indígenas para Planejar, Executar e Gerenciar Projetos*. Vinte por cento serão investidos na Linha de Ação *Formação de Lideranças* e, vinte por cento na Linha de Ação *Criação e Estruturação de Novas Organizações de Base*. Sobre a estratégia de implementação, a Governança entendeu que todas essas ações devem ser executadas como programáticas e de forma indireta ou seja; através de editais. O Tema 3: *Governança*, também priorizado na primeira reunião, ficou com quarenta por cento do primeiro PDI. A distribuição desse percentual por Linha de Ação foi a seguinte: sessenta por cento para a Linha de Ação *Protocolo de Consulta*; vinte por cento para a Linha de Ação *Articulação Política* e, vinte por cento para a Linha de Ação *Diálogos e Intercâmbios*. A estratégia de implementação para a Linha de Ação Protocolo de Consulta foi definida como não programática, a ser executada de forma indireta, através de edital. As outras duas linhas serão executadas de forma direta, ou seja: pela própria Coordenação do Subprograma. No dia 20 de setembro a pauta foi a deliberação das primeiras diretrizes para elaboração do segundo PDI, no valor de doze milhões. A Coordenação do REM informou que os financiadores definiram que a coordenação deve fazer o segundo PDI até o final de outubro para garantir o desembolso ainda este ano. Após apresentação das informações e metodologia pela Coordenação do REM, os representantes indígenas solicitaram discussão em separado (sem a presença de não indígenas). Após discussão, deliberaram o seguinte: que o segundo PDI não seja discutido nesse momento e que retorne à pauta na terceira reunião da Governança que acontecerá entre 27 a 31 de outubro. Nessa reunião, os dias 28 e 29 serão reservados para a discussão e deliberação sobre o segundo PDI. A coordenação do REM acolheu a proposta das representações indígenas, ficando assim decidido. Em virtude da disponibilidade do convidado, a pauta de Vigilância dos Territórios Indígenas ficou para o período da tarde. O convidado foi o Coronel Barroso que apresentou proposta sobre criação de brigadas indígenas estaduais para o combate de incêndios em terras indígenas. Solicitou à Governança considerar a possibilidade de apoio ao projeto. Foram abertas as falas para questionamentos e, ao final, a mediadora Kaiana Kamaiura agradeceu ao Coronel, explicando que esse tema será devidamente discutido e apresentado encaminhamento em tempo oportuno. Ao término da reunião, o regimento foi retomado para revisão final das propostas inseridas para aprovação. Aprovado, passa a regulamentar os procedimentos no interior da Governança. Todas as decisões da Governança, foram feitas a partir de construção de consensos. Esta ata foi redigida por mim, Edna Luzia Almeida Sampaio, Gestora Governamental responsável pelo apoio executivo ao Subprograma e, por ser verdade os fatos relatados eu assino e, após aprovada, assinada pelos membros da Governança.